

Acta N.º <b>25/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**

### **ACTA N.º 25/2010 DE 02 DE DEZEMBRO**

----- Aos dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima quinta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, e Manuel Marques Custódio e Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Ribeiro Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Dr. Avantino Loureiro Beleza, Vereador em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.<sup>a</sup> Regina Almeida Ramos. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e trinta minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

#### **----- INFORMAÇÕES -----**

##### **----- a) Reunião com a EP – Estradas de Portugal, S.A. -----**

-----O Sr. Presidente informou da reunião em Lisboa com a EP-Estradas de Portugal, S.A., de negociação dos Viveiros da Queiriga, tendo ficado acordado o envio de relatório circunstanciado sobre o que era e como está actualmente aquele complexo, nomeadamente pelo investimento municipal realizado com o Parque Botânico *Arbutus do Demo*. -----

##### **----- b) Condições climatéricas adversas – Queda de neve e formação de gelo – Limpeza das estradas municipais. -----**

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio referiu-se à queda de neve verificada e o gelo que hoje se formou durante a noite, e à rápida intervenção dos sapadores florestais. No entanto alerta para a necessidade de se iniciarem mais cedo os trabalhos de remoção da neve e gelo nas estradas municipais, para permitir a passagem dos veículos automóveis e assim a deslocação ou chegada a horas aos locais de trabalho. -----

-----O Sr. Presidente informou que ontem, mal começou a nevar, foram accionados todos os meios necessários de prevenção. No entanto não era previsível que esta noite caísse a geada que caiu. -----

##### **----- c) Procedimento concursal para Técnico Superior da área de arquivo. -----**

----- A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Cristina Santos pretendeu saber em que fase está o processo do procedimento concursal para Técnico Superior da área de arquivo. -----

----- O Presidente da Câmara informou que a sua intervenção nos procedimentos concursais são conduzidos pelos júris designados para o efeito. -----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- **a) Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva** - Por requerimento registado em 05 de Novembro, solicita justificação da falta à reunião extraordinária de 26 de Outubro. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a ausência à reunião do Sr. Presidente. -----

----- O Sr. Presidente não participou na discussão e votação da ausência. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

-----**OBRAS PÚBLICAS**-----

-----**Por Empreitada**-----

----- **a) Empreitada de “ Construção da Circular Urbana Norte a Vila Nova Paiva”** - Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e Construção, S.A, de Viseu – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 12, no valor, excluído o IVA, de € 44.037,10 (quarenta e quatro mil, trinta e sete euros e dez cêntimos) – Informação N.º 206-P/10 /DOM, de 30.11.2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----**Licenciamento de Obras Particulares**-----

----- **a) Catarina Beirão, de Pendilhe** – Por requerimento registado em 04 de Novembro de 2010 solicita parecer para a constituição de compropriedade dos prédios rústicos inscritos na matriz predial de Pendilhe, sob os artigos n.º 5084, sito ao Lugar de Lombardia e n.º 248, sito no Lugar de Coto. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade dar parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio acima referido. -----

----- **b) José Sidónio de Carvalho Rodrigues** – Construção de uma habitação no Lugar de Corgo, na Freguesia de Touro – Processo de obras n.º 13/200 – Declaração de

Acta N.º <b>25/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

caducidade do alvará de autorização de obras de construção n.º 51/2001 – Informação N.º FM 172/DUA/2010, de 09-11-2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do alvará de construção, devendo o interessado ser notificado nos termos e para os efeitos legais. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Apreciação e votação da Proposta Final do Traçado do Arruamento sito ao Lugar de Santa Barbara**, na Povoação e Freguesia do Touro – Parecer Técnico n.º PL-48, da DUA, de 23.11.2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, foi deliberado por unanimidade aprovar o traçado do arruamento proposto. -----

----- **b) 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para o ano financeiro de 2010** – Conhecimento do Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 22.11.2010, de aprovação da alteração. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **c) 11.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2010** – Conhecimento do Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 22.11.2010, de aprovação da alteração. ---

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **d) Proposta de Revisão dos Serviços Municipais.** -----

----- Foi presente à reunião a Proposta de Revisão dos Serviços Municipais, do Sr. Presidente da Câmara, datada de 25 de Novembro de 2010, do seguinte teor integral, oportunamente remetida à Vereação, tendo em anexo Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais desta Câmara Municipal, que coloca à consideração e aprovação da Câmara Municipal, para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal: -----

*“PROPOSTA DE REVISÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS*

*Nota Justificativa*

*1 – De harmonia com os artigos 235.º, 237.º e 238.º da Constituição da República Portuguesa, as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, com património e finanças próprios, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, sendo as atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.*

*2 – Na sequência da autorização legislativa concedida ao Governo da República pela Lei n.º 86/2009, de 28 de Agosto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que estabeleceu o novo regime da organização dos serviços das autarquias locais e revogou o anterior regime aprovado pela Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações*

*que lhe foram introduzidas, e ao abrigo da qual foi aprovado o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respectiva Estrutura Orgânica que actualmente vigoram nesta Câmara Municipal, publicados por Aviso n.º 182/2004 no Apêndice n.º 3/2004 à 2.ª Série do Diário da República n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004.*

*3 – Refere-se no preâmbulo daquele novo regime de organização dos serviços das autarquias locais, que “o objectivo da revisão dos serviços é dotar as autarquias locais de condições para o cumprimento adequado do seu amplo leque de atribuições, respeitantes quer à prossecução de interesses locais por natureza, quer de interesses gerais que podem ser prosseguidos de forma mais eficiente pela administração autárquica em virtude da sua relação de proximidade com as populações, no quadro do princípio constitucional da subsidiariedade”, sendo que “a melhoria das condições de exercício da missão, das funções e das atribuições das autarquias locais, assim como das competências dos seus órgãos e serviços, radicam na diminuição das estruturas e níveis decisórios, evitando a dispersão de funções ou competências por pequenas unidades orgânicas, e no recurso a modelos flexíveis de funcionamento, em função dos objectivos, do pessoal e das tecnologias disponíveis, na simplificação, racionalização e reengenharia de procedimentos administrativos, conferindo eficiência, eficácia, qualidade e agilidade ao desempenho das suas funções e, numa lógica de racionalização dos serviços e de estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, a agregação e partilha de serviços que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas.”*

*4 – O objectivo da reestruturação dos serviços municipais deverá ser então o de promover uma administração municipal eficiente e modernizada, que contribua para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e das condições de exercício da missão, das atribuições e competências dos órgãos representativos do Município, orientando-se, como dispõe o art.º 3.º do novo regime jurídico, pelos princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à actividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.*

*5 – Por sua vez, o artigo 19.º do referido Decreto-Lei n.º 305/2009 vem determinar que as autarquias locais deverão promover a revisão dos seus serviços, nos termos e em conformidade com o disposto naquele diploma, até 31 de Dezembro de 2010.*

Acta N.º <b>25/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

6 – Decorre do art.º 4.º do novo regime, que a estrutura interna da administração autárquica consiste na disposição e organização das unidades e subunidades orgânicas dos respectivos serviços, considerando-se «unidades orgânicas» as unidades lideradas por pessoal dirigente e «subunidades orgânicas» as unidades lideradas por pessoal com funções de coordenação.

7 – Mais regula o novo regime, no que se refere aos serviços municipais, que a respectiva estrutura orgânica deve ser adequada às atribuições do município, devendo obedecer aos seguintes modelos ou tipos de organização:

a) Estrutura hierarquizada: é constituída por unidades orgânicas nucleares (estrutura nuclear) e unidades orgânicas flexíveis (estrutura flexível), sendo que a estrutura nuclear é composta por direcções ou por departamentos municipais, correspondendo sempre a uma departamentalização fixa, e a estrutura flexível é composta por divisões municipais, podendo, ainda, no âmbito das unidades orgânicas, e sem prejuízo das regras de densidade legalmente previstas, ser criadas subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico, quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva. Quando seja exclusivamente adoptada a estrutura hierarquizada, e desde que se justifique, podem ser criadas equipas de projecto temporárias e com objectivos especificados.

b) Estrutura matricial: é composta por equipas multidisciplinares com base na mobilidade funcional e sempre que as áreas operativas dos serviços se possam desenvolver essencialmente por projectos, devendo agrupar-se por núcleos de competências ou de produto bem identificados, sendo constituídas obrigatoriamente de entre efectivos dos serviços, e chefiadas por um chefe de equipa, cujo estatuto remuneratório é equiparado ao de director de departamento ou ao de chefe de divisão municipal.

c) Estrutura mista: combina as duas anteriores, devendo, no entanto, distinguir-se as áreas de actividade por cada modelo adoptado.

8 – Quanto ao âmbito das competências dos órgãos municipais e presidente da câmara, na definição e implantação da nova estrutura orgânica, dispõe o referido regime jurídico que:

a) É competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar o modelo de estrutura orgânica, a estrutura nuclear, bem como definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas, de equipas

*multidisciplinares (incluindo o estatuto remuneratório dos respectivos chefes de equipa) e de equipas de projecto.*

*b) Compete à câmara municipal, sob proposta do presidente da câmara, e dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, criar, definir as respectivas atribuições e competências, alterar ou extinguir as unidades orgânicas flexíveis, as equipas multidisciplinares e as equipas de projecto.*

*c) Ao presidente da câmara compete a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e das equipas multidisciplinares e de projecto, bem como a afectação ou reafectação do pessoal do respectivo mapa de pessoal e, ainda, a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas nos termos legalmente previstos.*

*9 – São publicados na 2.ª Série do Diário da República, sob pena de ineficácia, a estrutura nuclear, os actos de criação, alteração e extinção de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas e, bem assim, a constituição e a designação dos membros das equipas multidisciplinares e das respectivas chefias.*

*10 – De harmonia com o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, adaptado à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006 e pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, os cargos dirigentes das câmaras municipais são actualmente os seguintes:*

*– Director municipal, que corresponde a cargo de direcção superior do 1.º grau, que apenas pode ser criado nos municípios com uma participação no montante total dos Fundos a que se refere o n.º 1 do art.º 19.º da Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, superior a 6‰, ou em municípios com mais de 100.000 habitantes;*

*– Director de departamento municipal, que corresponde a cargo de direcção intermédia do 1.º grau, que apenas pode ser criado nos municípios com uma participação no montante total dos referidos Fundos superior a 2‰, ou em municípios com mais de 10.000 habitantes;*

*– Chefe de divisão municipal, que corresponde a cargo de direcção intermédia do 2.º grau;*

Acta N.º 25/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	

– Cargos de direcção intermédia de 3.º grau ou inferior, que podem ser criados e previstos na estrutura orgânica, nela devendo ser estabelecidos, expressamente, a designação dos cargos, as respectivas competências funcionais, a identificação dos níveis remuneratórios correspondentes às remunerações base, bem como a área e os requisitos de recrutamento.

11 – Atendendo à dimensão e características do Município, e tendo em vista os objectivos de racionalização, flexibilização e permanente ajustamento dos serviços às necessidades existentes, o modelo de estrutura orgânica do tipo hierarquizado será o que melhor satisfaz as necessidades de reorganização dos serviços municipais, embora apenas possa ser constituído por unidades orgânicas flexíveis (estrutura flexível), dado não ser satisfeito qualquer dos requisitos para a criação de departamentos municipais e, como tal, não poder ser criada uma estrutura nuclear (departamentalização fixa).

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que aprove a presente Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, que segue em Anexo e que dela faz parte integrante, a submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal em conformidade com o disposto nas alíneas a) e c), d) e f) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Paços do Município e Gabinete da Presidência, aos 25 de Novembro de 2010

#### ANEXO

### REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA

#### CAPÍTULO I

#### Princípios gerais de organização e funcionamento dos serviços municipais

##### Artigo 1.º

##### Norma habilitante

O presente regulamento é elaborado nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea n), do n.º 2 do art.º 53.º e alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e das alíneas a) e c), d) e f) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

##### Artigo 2.º

##### Objecto

*O presente regulamento estabelece o modelo de estrutura e as normais gerais da organização e funcionamento dos serviços municipais da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.*

### *Artigo 3.º*

#### *Âmbito*

*O presente regulamento aplica-se a todos os serviços municipais e a todos os trabalhadores vinculados em regime de contrato de trabalho em funções públicas que prestam serviço directamente ao Município.*

### *Artigo 4.º*

#### *Princípios gerais*

*1 – A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas legalmente previstas, fins de interesse público geral e municipal, tendo como objectivos principais das suas actividades proporcionar a melhoria das condições de vida e de trabalho dos munícipes e a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do Município.*

*2 – Na prossecução das atribuições do Município e no âmbito das competências dos seus órgãos, os serviços municipais devem colaborar activamente com os órgãos municipais na formulação e concretização dos diferentes instrumentos de planeamento, programação e gestão, orientando-se pelos princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à actividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.*

*3 – Para além dos princípios e normas legais aplicáveis que regem a actividade municipal, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os trabalhadores e demais colaboradores do Município, bem como no seu contacto com as populações, deverão assentar, nomeadamente, num conjunto de princípios e valores, cujo conteúdo está, em parte, já vertido na Carta Ética – Dez princípios éticos da Administração Pública, mencionada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/97, de 22 de Março, e disponível no portal da Direcção Geral da Administração e do Emprego Público (in [www.dgap.gov.pt](http://www.dgap.gov.pt)), a saber:*

*a) Princípio do Serviço Público: os trabalhadores encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo;*



Acta N.º <b>25/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

*b) Princípio da Legalidade: os trabalhadores actuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito;*

*c) Princípio da Justiça e Imparcialidade: os trabalhadores, no exercício da sua actividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, actuando segundo rigorosos princípios de neutralidade;*

*d) Princípio da Igualdade: os trabalhadores não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social;*

*e) Princípio da Proporcionalidade: os trabalhadores, no exercício da sua actividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da actividade administrativa;*

*f) Princípio da Colaboração e da Boa Fé – os trabalhadores, no exercício da sua actividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa Fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da actividade administrativa;*

*g) Princípio da Informação e Qualidade – os trabalhadores devem prestar informações e ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida;*

*h) Princípio da Lealdade: os trabalhadores, no exercício da sua actividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante;*

*i) Princípio da Integridade: os trabalhadores regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter;*

*j) Princípio da Competência e Responsabilidade: os trabalhadores agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.*

#### **Artigo 5.º**

##### **Superintendência e funcionamento dos serviços**

*1 – O Presidente da Câmara coordena e superintende, nos termos da lei, os serviços municipais, no sentido de desenvolver a sua eficácia e assegurar o seu pleno funcionamento, promovendo uma adequada racionalização dos serviços e dos efectivos.*

*2 – A Câmara Municipal e o seu Presidente devem estabelecer, mediante regulamentação interna, nos termos da lei, um sistema de controlo interno adequado ao modelo de estrutura orgânica previsto no presente Regulamento, com estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, a agregação e a partilha de serviços, que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas, bem como um regime de funcionamento, atendimento e horário de trabalho que regule adequadamente os regimes de prestação de trabalho, os horários dos respectivos trabalhadores e os períodos de funcionamento de todos os serviços municipais.*

*3 – O sistema de controlo interno referido no número anterior deverá englobar o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os demais métodos e procedimentos susceptíveis de contribuir para assegurar o desenvolvimento das actividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exactidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.*

#### *Artigo 6.º*

##### *Delegação e subdelegação de competências*

*1 – A desconcentração de competências que, nos termos da lei, sejam próprias ou delegadas no Presidente da Câmara e que este delegue ou subdelegue nos Vereadores, deverá ser utilizada como instrumento de desburocratização e racionalização administrativa, no sentido de criar uma maior eficiência e celeridade nas decisões.*

*2 – O Presidente da Câmara e os Vereadores com competências delegadas, podem, nos termos da lei, delegar ou subdelegar competências nos dirigentes intermédios.*

*3 – A delegação e subdelegação carecem de acto expresso que tem como condição de eficácia, a sua publicitação, nos termos legais.*

#### *CAPÍTULO II*

##### *Estrutura orgânica*

#### *Artigo 7.º*

##### *Modelo de estrutura*

*1 – A organização interna dos serviços municipais da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva obedecerá ao modelo de estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas flexíveis (estrutura flexível).*

*2 – A estrutura flexível será composta, no máximo, por 4 (quatro) unidades orgânicas dirigidas por chefes de divisão municipal.*

*3 – Na dependência das divisões municipais referidas no número anterior podem ser criadas, no máximo, 4 (quatro) unidades orgânicas flexíveis lideradas por dirigentes intermédios do 3.º grau ou inferior.*

*4 – Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas, no âmbito das unidades orgânicas, subunidades orgânicas, no número máximo de 3 (três), coordenadas por um coordenador técnico, sem prejuízo do estabelecido no n.º 3 do art.º 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.*

*5 – Desde que se justifique, podem ser criadas equipas de projecto temporárias e com objectivos especificados, no máximo de 3 (três).*

#### *Artigo 8.º*

Acta N.º <b>25/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

*Da estrutura orgânica flexível*

*1 – Compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, e dentro dos limites fixados no artigo anterior, criar, definir as respectivas atribuições e competências, alterar ou extinguir as unidades orgânicas flexíveis (estrutura flexível), bem como, por deliberação fundamentada, a criação das equipas de projecto.*

*2 – Ao Presidente da Câmara compete a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas flexíveis e das equipas de projecto, bem como a afectação ou reafectação do pessoal do respectivo mapa de pessoal e, ainda, dentro dos limites referidos no artigo anterior, a criação, a alteração e a extinção das subunidades orgânicas.*

*3 – A estrutura orgânica flexível a que se refere o n.º 1 deve estabelecer expressamente, em relação aos cargos de direcção intermédia de 3.º grau ou inferior, a designação dos cargos, as respectivas competências funcionais, a identificação dos níveis remuneratórios correspondentes às remunerações base, bem como a área e os requisitos de recrutamento.*

*4 – São publicados na 2.ª Série do Diário da República, sob pena de ineficácia, a criação, alteração e extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível, bem como os despachos do Presidente da Câmara de criação, alteração e extinção de subunidades orgânicas.*

*5 – São serviços enquadrados por legislação específica, que dependem hierárquica e disciplinarmente do Presidente da Câmara, com a faculdade de delegação, nos termos da lei, no vereador por si designado, nomeadamente:*

*a) O médico veterinário municipal, como autoridade sanitária veterinária concelhia, cujos princípios gerais da actividade são actualmente regulados nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio;*

*b) O Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC), actualmente regulado pela Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro.*

*6 – Poderão ser objecto de referência na estrutura orgânica os gabinetes de apoio pessoal constituídos pelo Presidente da Câmara nos termos e efeitos da Lei das Autarquias Locais, nomeadamente quanto às respectivas competências e modo de funcionamento.*

*Artigo 9.º*

*Das equipas de projecto*

*1 – As equipas de projecto deverão ser constituídas para a realização de projectos específicos ou multidisciplinares de interesse municipal.*

*2 – As equipas de projecto que se constituam por afectação exclusiva de trabalhadores municipais são constituídas e regulamentadas nos seus objectivos, meios e*

*prazos de actuação, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, devendo estabelecer obrigatoriamente:*

*a) A designação do projecto;*

*b) Os termos e a duração do mandato, com a definição clara dos objectivos a alcançar;*

*c) O coordenador do projecto;*

*d) O número de elementos que deve integrar a equipa de projecto e suas funções.*

*3 – As equipas de projecto cuja constituição implique o recurso a trabalhadores estranhos ao município serão objecto de deliberação da Câmara Municipal.*

*4 – Os coordenadores das equipas de projecto ficam obrigados à prestação de informação periódica aos dirigentes das áreas em que estejam a intervir e à Presidência quanto ao desenvolvimento dos planos e programas.*

*5 – Aos coordenadores das equipas de projecto não é devido qualquer acréscimo remuneratório em razão das funções de coordenação, e respondem pela eficácia dos estudos a cargo da sua equipa e pelo cumprimento dos planos, prazos e condições fixados.*

*6 – Os contratos a celebrar para recrutamento dos trabalhadores nos termos no n.º 3 caducam automaticamente no termo do prazo previsto na deliberação para a duração da equipa de projecto.*

*7 – A equipa de projecto considera -se automaticamente extinta uma vez decorrido o prazo pelo qual foi constituída, sem prejuízo de o referido prazo poder ser prorrogado por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta fundamentada do respectivo Presidente, a qual deve referir, designadamente, o grau de cumprimento dos objectivos inicialmente estipulados.*

*8 – Extinta a equipa de projecto, o coordenador do projecto elabora um relatório da actividade desenvolvida e dos resultados alcançados, que é submetido à apreciação da Câmara Municipal.*

### *CAPÍTULO III*

#### *Disposições finais*

##### *Artigo 10.º*

##### *Norma revogatória*

*O regulamento de organização de serviços e estrutura orgânica em vigor, publicado por Aviso n.º 182/2004 no Apêndice n.º 3/2004 à 2.ª Série do Diário da República n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004, será considerado revogado com a entrada em vigor da estrutura orgânica flexível aprovada pela Câmara Municipal publicada na 2.ª Série do Diário da República.*

##### *Artigo 11.º*

Acta N.º <b>25/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

*Entrada em vigor*

*O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª Série do Diário da República.*”

----- A solicitação do Sr. Presidente da Câmara, o Chefe da DAF prestou esclarecimentos detalhados sobre o novo regime jurídico de organização dos serviços municipais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, e modelo de estrutura constante do Regulamento proposto pelo Sr. Presidente. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto nas alíneas a), c), d) e f) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Dado o adiantado da hora, foi dada a palavra ao Sr. Júlio da Rocha e Sousa, presente na reunião, que informou o Executivo que está a fazer um trabalho com referência a todos os Presidentes da Câmara após o 25 de Abril de 1974, requerendo autorização para divulgar as fotografias do Sr. Vereador Manuel Custódio, Presidente da Câmara no anterior mandato autárquico, e do actual Presidente da Câmara, Dr. José Morgado. -----

----- O Sr. Presidente deu os parabéns ao Sr. Júlio pelos trabalhos sobre o Concelho que tem vindo a realizar. -----

----- **INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO** -----

----- E sendo doze horas e quinze minutos, o Sr. Presidente entendeu interromper os trabalhos, para almoço, não tendo a Vereação levantado quaisquer objecção, tendo sido reiniciados os trabalhos pelas treze horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- **e) Apreciação e votação Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e Orçamento para o ano financeiro de 2011.** -----

----- O Sr. Presidente fez uma apresentação dos instrumentos de gestão em epígrafe, tendo prestado os esclarecimentos solicitados pela Vereação conforme Nota Introdutória fornecida à Vereação-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após várias considerações, foi deliberado por maioria com abstenção dos Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos, aprovar as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e Orçamento para o ano financeiro de 2011. -----

----- **f) Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2011.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com voto contra da Sr.ª Vereadora Dr.ª Ana Cristina Santos aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2011.-----

----- A Vereadora Dr.ª Ana Cristina Santos, sobre este assunto, apresentou declaração de voto do seguinte teor integral: -----

*“No que concerne ao Mapa de Pessoal, não posso deixar de manifestar perante este órgão, a minha discordância, pela proposta de criação de um lugar de Chefe de Divisão.*

*Permitam-me que faça os seguintes registos:*

*- Discordo por entender totalmente desnecessária a proposta de um Chefe de Divisão para a Divisão Social e Cultural (DSC), uma vez que pela dimensão desta Câmara não se justifica mais um Chefe de Divisão, o que revela desde já, um contra-senso dada a situação financeira quer da Câmara Municipal quer do País, para além de representar custos acrescidos e sem quaisquer benefícios. Este Mapa de Pessoal acabará por “cair”, uma vez que irá ser feita uma revisão aos Serviços Municipais e nesse sentido, esta “Divisão”, deve em meu entender deixar de existir e os serviços que comporta podem agregar à Divisão Administrativa e Financeira (DAF). Apesar de ter votado favoravelmente a proposta de Revisão dos Serviços Municipais na sua generalidade, considero que três unidades orgânicas são manifestamente suficientes dada a dimensão desta autarquia e aproveito o ensejo para referir que existem autarquias francamente maiores com apenas duas unidades orgânicas.*

*- Por último, não poderia deixar de lamentar e reiterando o que referi anteriormente acerca da actual conjuntura que afecta o País e a Autarquia se ter aberto um procedimento concursal para um Técnico Superior de Engenharia Civil, com aptidão CAP, Nível 5, em Higiene e Segurança no Trabalho, por tempo indeterminado, que é o que vulgarmente se chama entrada directa para o “quadro”, o que me leva a dizer, que nem sequer passa pelo processo de ter um contrato por termo resolutivo certo. Apesar de o processo já estar em curso, é meu entendimento não se justificar a contratação deste técnico, não só pelo volume de obras, mas também porque existem empresas especializadas nesta matéria às quais poderíamos muito bem recorrer, pela prestação de serviços e com muito menores custos.”*

#### **----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----**

*----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----*

#### **----- ENCERRAMENTO -----**

*----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram catorze horas e cinquenta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente, e por mim que a secretariei. -----*